

Perfilam-se os defensores da Constituição Europeia, numa altura em que o «não» ainda ameaça em França

A possibilidade – nunca afastada peremptoriamente pelas sondagens¹ – do «não» vencer no referendo francês à Constituição Europeia tem suscitado um profundo debate nacional que já se estendeu a toda a Europa e que não tem deixado indiferentes os vizinhos do sul do Mediterrâneo. Paira o receio da vitória de um «não» francês que muito mais do que a negação do documento, seria interpretado em todo o continente como a rejeição do projecto de integração europeia. As recordações da rejeição pelo Parlamento francês da Comunidade Europeia de Defesa em Agosto de 1954 têm estado ultimamente mais vivas do que nunca...

Tratando-se de um dos principais países fundadores da Comunidade Europeia, será difícil olhar para a França no dia 29 de Maio como se tratasse de um qualquer Estado-membro. Mesmo que o debate esteja a ser alimentado por questões político-partidárias internas e a sua decisão possa vir a estar condicionada por elas – como Romano Prodi afirmou recentemente num artigo² – os franceses vão a referendo como europeus e ostentando a bandeira da União Europeia (UE). O político italiano, anterior Presidente da Comissão Europeia, considera mesmo que na eventualidade de um «não» francês, o projecto europeu tornar-se-ia “órfão”, uma vez que “uma Europa forte e integrada não pode existir sem a França”. A rejeição da Constituição Europeia pelos franceses significaria na melhor das hipóteses um *status quo* que nada traria de vantajoso à Europa, e na pior “o início da mais grave crise da nossa história comum, sem dúvida o fim desta integração «à francesa»”.

Mas e se a França rejeitar a Constituição Europeia? Seria o fim irreversível do documento, ou da crise subsequente poderia emergir um outro tratado constitucional mais amplamente aceite? Jean-Claude Juncker, Primeiro-ministro e Ministro das Finanças luxemburguês, Presidente em exercício da UE, admite³ que um «não» francês abriria uma “crise” que seria tudo menos “salutar” para a UE. Afastando o cenário da renegociação da Constituição Europeia, Juncker afirma que um «não» a este documento significaria a “perda de vinte ou trinta anos”. Uma opinião que é também defendida por outras figuras do campo pró-europeu, como o eurodeputado polaco Bronislaw Geremek⁴, que apesar de considerar positivo o debate gerado sobre o futuro da Europa, não prevê que se possa reescrever o tratado constitucional, uma vez que isso significaria a perda do trabalho de “toda uma geração europeia”.

Além disso, a hipótese do «não» francês suscita ainda outros receios, traduzidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Joschka Fischer⁵, que prevê que uma decisão neste sentido possa ter efeitos de *spillover* para outros países europeus – “se a França vota não, outros países irão votar não”. Um cenário deste tipo não seria totalmente fictício, já que entre os novos Estados-membros existem grupos significativos de europeíacos como na República Checa, por exemplo. Mas a leste nem todos torcem pela vitória do «não» francês. Da Ucrânia, através do seu Presidente

¹ A última sondagem realizada a 13 e 14 de Maio, para o jornal *Le Figaro* e a Europe 1, registou que 51% dos franceses inquiridos pretendem responder «não» à Constituição Europeia, enquanto que as intenções positivas se situaram nos 49%.

² *Le Figaro*, 18-05-2005.

³ Entrevista ao jornal francês *Libération*, 20-05-2005.

⁴ Entrevista ao jornal francês *Libération*, 17-05-2005.

⁵ Em entrevista ao *Libération*, 19-05-2005.

Viktor Iouchtchenko⁶, ou da Europa Central, num artigo assinado por um grupo de embaixadores⁷, lêem-se incentivos à aprovação da Constituição Europeia, muito marcados pela visão de uma Europa unida na heterogeneidade e na partilha de valores e princípios comuns.

Embora sem demonstrarem uma posição clara favorável a um dos lados, o processo de ratificação da Constituição Europeia tem despertado igualmente o interesse dos países da margem sul do Mediterrâneo – num artigo recente, Sid Ahmed Ghazali e Mohamed Mzali⁸, antigos primeiros ministros argelino e tunisino, respectivamente, afirmavam o fascínio dos magrebinos pela integração europeia que, firmada na vontade comum, no direito e na democracia, representa para a “aspiração unitária norte-africana uma preciosa referência”.

Num momento em que ninguém poderá afirmar com certeza para que lado penderão as respostas dos franceses no dia 29 de Maio, o único dado certo em relação a este referendo é que ele veio despertar um debate importantíssimo sobre o futuro da Europa, que, como afirmava Geremek, deverá ser continuado após os referendos nacionais.

⁶ *Le Figaro*, 20-05-2005.

⁷ *Libération*, 20-05-2005.

⁸ *Le Figaro*, 19-05-2005.